



CNPJ(MF) N° 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

PASSIVO

		31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024
R\$		R\$	R\$	R\$		R\$	R\$
CIRCULANTE	NOTAS	21.786.591,23	7.815.552,59	CIRCULANTE	NOTAS	3.525.064,69	4.491.796,93
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.692.623,17	3.069.773,38	Fornecedores	12.1	1.476.251,80	2.056.265,13
Clientes	5	5.496.332,08	3.747.143,76	Ordenados e Salários a Pagar	12.2	121.190,74	114.210,04
Estoques	6	405.596,05	125.745,99	Obrigações Sociais	12.3	564.240,71	505.046,88
Impostos a Recuperar	7	926.745,34	865.934,74	Obrigações Tributárias	12.4	199.613,91	228.032,42
Outros Direitos	8	264.808,00	5.584,36	Provisões Constituídas	12.5	777.423,53	456.372,54
Despesas do exercício seguinte		486,59	1.370,36	Programa Demissão Voluntária	12.6	227.508,90	667.937,70
				Outras Exigibilidades	12.7	158.835,10	463.932,22
NÃO CIRCULANTE		9.841.378,10	10.548.850,18	NÃO CIRCULANTE		320.169,74	1.170.154,00
Clientes	9.1 / 9.3	750.451,07	400.505,97	Programa Demissão Voluntária	12.8	11.181,24	238.690,22
Outros Créditos	9.2 / 9.3		21.420,28	Provisões Constituídas Trabalhistas	12.8/12.9	303.199,44	918.768,78
Depósitos Judiciais	9.4	1.864.110,77	2.478.766,71	Provisões Constituídas Cível	12.8/12.10	0,00	12.695,00
Bens Inservíveis		10.542,83	4.002,70	Outras Exigibilidades		5.789,06	0,00
Investimentos		23.543,15	23.543,15	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.782.734,90	12.702.451,84
Imobilizado	10.1/10.2	7.182.273,11	7.588.671,68	Capital Social	13.1	33.160.114,98	21.877.617,98
Intangível	11	10.457,17	31.939,69	Reservas de Capital		3.369.174,48	3.369.174,48
				Prejuízos Acumulados	13.2	(8.746.554,56)	(12.544.340,62)
TOTAL ATIVO		31.627.969,33	18.364.402,77	TOTAL PASSIVO		31.627.969,33	18.364.402,77

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31/12/2023	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(6.900.003,42)	18.346.789,04
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERIODO				(5.644.337,20)	(5.644.337,20)
SALDO EM 31/12/2024	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(12.544.340,62)	12.702.451,84
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	11.282.497,00				11.282.497,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERIODO				3.797.786,06	3.797.786,06
SALDO EM 31/12/2025	33.160.114,98	0,00	3.369.174,48	(8.746.554,56)	27.782.734,90

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1: CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento), a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da Lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, à Avenida Fernando Ferrari n° 1001, no Bairro Anchieta em Porto Alegre.

A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores, conjugadas às demais práticas emanadas da legislação societária brasileira e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos.

NOTA 3: PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1 – Regime de Tributação: O imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram apurados com base no Lucro Real Trimestral.

3.2 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O fluxo de caixa dos investimentos a curto prazo é demonstrado pelos valores líquidos (aplicações e resgates).

3.3 - Contas a Receber: Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. A empresa não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa dos direitos realizáveis no curto prazo, considerando que não haverá perdas na realização dos créditos em razão do perfil de carteira de clientes e dos procedimentos de lacre dos estabelecimentos, os quais são aplicados aos permissionários em débito com a tesouraria a partir do terceiro mês de emissão sem pagamento.

3.4 – Estoques: Os estoques são compostos por materiais de consumo para reposição no almoxarifado; a mensuração dos itens é realizada pelo Custo Médio Ponderado.

3.5 - Não Circulante: Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

3.6 – Imobilizado: Os bens integrantes do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição e ajustados por depreciações acumuladas. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

3.7 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment: Considerando o pronunciamento NBC TG 27, o tempo de constituição e as recomendações da auditoria independente, a companhia contratou a PLM Consultoria & Auditoria, empresa especializada em laudos/perceres de impairment, para analisar se os ativos não estão registrados por valores superiores ao seu valor recuperável, para realizar a revisão de vida útil e o valor de mercado. O trabalho de 2025 foi realizado com base na posição contábil de 30/09/2025, e o resultado do respectivo laudo foi de que não há indícios de perda do valor recuperável dos ativos da empresa no exercício em questão.

3.8 - Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo: Os ativos e passivos de longo prazo da Empresa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da empresa.

3.9 - Receitas e Despesas: A companhia tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas e despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

3.10 – Provisão Para Perdas no Recebimento de Créditos: As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei